

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, DAP, DRIPP.

Temas:

Atividade do PE, da Comissão e reuniões interparlamentares.

Pontos mais importantes a destacar:

Eleição da candidata a Presidente da Comissão

Debate sobre a situação na Venezuela

Composição das delegações parlamentares do PE

Reuniões do Conselho de Ministros

1.º – ELEIÇÃO DA CANDIDATA A PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA

A presente semana foi dedicada à [sessão plenária](#) do Parlamento Europeia, que teve como ponto central da agenda o debate e a votação relativos à nomeação da candidata a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, **eleita por maioria absoluta dos votos** expressos (52,25%).

Resultados da votação 2019	Comparação: eleição dos últimos 3 Presidentes da Comissão
- Número de Deputados em funções: 747 <u>Votantes</u>: 733 <u>Total de votos a favor</u>: 383 <u>Total de votos contra</u>: 327 <u>Abstenções</u>: 22 1 voto inválido	<i>J.M. Barroso 2004 (58,3%)</i> - Número de Deputados: 732 - A favor: 413 - Contra: 251 - Abstenções: 42
	<i>J.M. Barroso 2009 (53%)</i> - Número de Deputados: 732 - A favor: 382 - Contra: 219 - Abstenções: 117
	<i>J.C Juncker 2014 (57%)</i> - Número de Deputados: 751 - A favor: 422 - Contra: 250 - Abstenções: 47

No seu [discurso](#) perante o plenário, no dia 16 de julho, às 9h, a candidata apresentou as [linhas de orientação políticas](#) para o seu mandato, tendo sublinhado as seguintes:

- há precisamente 40 anos (17 de julho de 1979), o PE elegia a sua primeira mulher Presidente, [Simone Weil](#). É de destacar que é a primeira vez, desde 1958, que existe uma mulher candidata a Presidente da Comissão Europeia;
- a UE enfrenta vários desafios: demografia, clima, digitalização, questões laborais, desemprego jovem. A UE só prosperará orientada para multilateralismo, o comércio livre, o respeito pelas liberdades e com união e coesão internas;
- **clima:** a UE deve dar passos ambiciosos, designadamente a meta de reduzir as emissões em cerca de 50 a 50% até 2030, sendo que a Comissão irá apresentar um *green new deal* nos primeiros 100 dias do mandato, bem como uma proposta para um fundo de transição que proteja as regiões mais afetadas;
- **economia e empregos:** completar a união dos mercados de capitais, reforçando o acesso das PME, numa lógica em que “é a economia que serve as pessoas e não o contrário”. Mostrou-se favorável a um quadro europeu que regule a existência de um salário mínimo ao nível da UE, bem como um resseguro para enfrentar níveis elevados de desemprego em caso de choques externos. Além disso, corroborou o objetivo do PE de triplicar o orçamento do Erasmus +;
- em termos de composição da próxima Comissão Europeia, assumiu o firme compromisso de que **o Colégio seja absolutamente paritário** em termos de género. A este título, referiu que, desde 1958, existiram 183 Comissários, dos quais apenas 35 foram mulheres;
- **Estado de Direito:** é um valor universal e inalienável, motivo pelo qual será uma prioridade para a próxima Comissão, tencionando apresentar um novo instrumento neste domínio que complemente os existentes¹;
- **Migrações e asilo:** a UE tem, nos termos dos Tratados e dos seus valores fundacionais, um dever e uma obrigação de salvar e proteger vidas. Neste sentido, afirmou o compromisso de elaborar um novo pacto sobre as migrações, incluindo a reforma do

¹ Nota: a Comissão apresentou esta semana um [pacote de iniciativas](#) neste domínio.

[regulamento de Dublin](#), e o reforço da Frontex com 10 mil operacionais antes de 2024;

- **PESC/PCSD:** sugeriu a extensão da votação por maioria qualificada a alguns domínios da política externa e de segurança, afirmando sempre a pertença à NATO como pedra angular da defesa europeia;
- **Brexit:** considerou tratar-se de uma decisão que deve ser respeitada, ainda que se lamente, mas afirmou que estará disponível para uma extensão do prazo de 31 de outubro, caso venha a ser solicitado;
- **Questões institucionais:** anunciou a criação de uma [Conferência sobre o futuro da Europa](#), que iniciará os seus trabalhos em 2020, por dois anos, considerando que importa revisitar e reponderar questões como o processo de [Spitzenkandidat](#) e as [listas transnacionais para o PE](#).
- Finalmente, comprometeu-se a respeitar plenamente o **[direito de iniciativa legislativa do PE](#)**, sendo que a Comissão responderá sempre com um ato legislativo às solicitações do PE neste âmbito.

Seguiu-se um período de debate, com [intervenção dos vários GPs](#) e [respostas da candidata](#), registando-se ainda intervenções dos Deputados portugueses [João Ferreira \(CEUE/EVN\)](#), [Marisa Matias \(CEUE/EVN\)](#), [Paulo Rangel \(PPE\)](#), [Carlos Zorrinho \(S&D\)](#) e [Pedro Marques \(S&D\)](#).

❖ [PRÓXIMAS ETAPAS:](#)

O mandato terá uma duração de cinco anos e deverá começar no dia 1 de novembro de 2019. O PE terá ainda de aprovar a Comissão no seu todo (presidente, comissários indigitados, Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros), o que deverá acontecer **[na sessão plenária de 21 a 24 de outubro](#)**. A presidente eleita irá agora solicitar aos chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE) que indiquem os candidatos a comissários. As [audições dos comissários indigitados nas comissões parlamentares](#) competentes do PE deverão realizar-se de 30 de setembro a 8 de outubro.

De acordo com a informação que pudemos apurar, já são conhecidos os candidatos a Comissários indigitados por 15 Estados-Membros (a itálico, os que são membros da atual Comissão):

ESTADO-MEMBRO	NOME DO INDIGITADO	GRUPO POLÍTICO	GÉNERO
LETÓNIA	<i>Valdis DOMBROVSKIS</i>	PPE	M
BULGÁRIA	<i>Mariya GABRIEL</i>	PPE	F
ÁUSTRIA	<i>Johannes HAHN</i>	PPE	M
IRLANDA	<i>Phil HOGAN</i>	PPE	M
ESLOVÁQUIA	<i>Maros SEFCOVIC</i>	PSE	M
PAÍSES BAIXOS	<i>Frans TIMMERMANS</i>	PES	M
DINAMARCA	<i>Margrethe VESTAGER</i>	Liberais	F
GRÉCIA	<i>Margaritis SCHINAS</i>	PPE	M
ESPANHA	Josep BORREL	PSE	M
ALEMANHA	Ursula VON DER LEYEN (Presidente)	PPE	F
LUXEMBURGO	Nicolas SCHMIT	PSE	M
ESTÓNIA	<i>Kadri SIMSON</i>	Liberais	F
HUNGRIA	László TRÓCSÁNYI	PPE	M
ESLOVÉNIA	Janez LENARČIČ	Liberais	M
FINLÂNDIA	Jutta URPILAINEN	PSE	F
TOTAIS (15)	<i>10 homens, 5 mulheres</i>		

2.º - DEBATE E ADOÇÃO DE RESOLUÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

O PE promoveu um debate, com a presença da Alta-Representante Federica Mogherini, sobre a situação na Venezuela, tendo aprovado uma resolução (a 3.ª este ano, 1.ª desta Legislatura), em que reitera a sua profunda preocupação com a grave situação de emergência que se vive na Venezuela, aprovada em plenário por 455 votos a favor, 85 contra e 105 abstenções.

Nesta resolução, o PE sublinha “a responsabilidade direta de Nicolás Maduro, bem como das forças armadas e das unidades de informação ao serviço do seu regime ilegítimo, pelo uso

indiscriminado da violência para reprimir o processo de transição democrática e o restabelecimento do Estado de direito na Venezuela”, em linha com o relatório da Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet. O PE reafirmou, ainda, “o seu pleno apoio ao Presidente interino legítimo Juan Guaidó” e à Assembleia Nacional, instando o Conselho a impor sanções adicionais dirigidas contra as autoridades estatais de facto responsáveis por violações dos direitos humanos e pela repressão.

Recorde-se que, numa declaração divulgada no dia 16 de julho, a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Federica Mogherini, afirmou que a UE alargará ainda mais as suas medidas específicas (sanções) caso as negociações em curso não produzam resultados concretos. Os eurodeputados têm acompanhado de perto a situação neste país da América Latina. Na legislatura anterior (2014-2019), o PE aprovou dez resoluções sobre a Venezuela e enviou uma delegação às fronteiras com a Colômbia e o Brasil.

O PE condenou, ainda, aquilo que considera ser a “repressão brutal” exercida pelas forças de segurança e o recurso a detenções arbitrárias, tortura e execuções extrajudiciais. A resolução refere o caso de Rafael Acosta, capitão da Marinha detido e torturado por participação numa alegada conspiração para assassinar Nicolás Maduro, que morreu na prisão.

Os eurodeputados reiteram o seu apoio às investigações do Tribunal Penal Internacional sobre os “numerosos crimes e atos de repressão cometidos pelo regime venezuelano”. Apelam também à criação, com o apoio da comunidade internacional, de um mecanismo independente para investigar as execuções extrajudiciais cometidas no decurso de operações de segurança.

No debate, intervieram os Deputados portugueses Paulo Rangel, em nome do grupo PPE, Isabel Santos (S&D) e Sandra Pereira (CEUE/EVN).

(ponto elaborado com recurso ao serviço de imprensa do PE)

3.º – DEPUTADOS PORTUGUESES NAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DO PE

O PE anunciou hoje a composição das 44 delegações para relações com países terceiros.



No que diz respeito aos Deputados portugueses, a distribuição é a seguinte:

Delegação	Deputados portugueses
Estados Unidos	Maria da Graça Carvalho (PPE) e José Gusmão (CEUE/EVN), membros titulares; Nuno Melo (PPE) e Lídia Pereira (PPE), membros suplentes
República Federativa do Brasil	José Manuel Fernandes (PPE), Nuno Melo (PPE) e Manuel Pizarro (S&D), membros titulares
Mercosul	José Manuel Fernandes (PPE) e Nuno Melo (PPE), membros titulares; Manuel Pizarro (S&D) e Sandra Pereira (CEUE/EVN), membros suplentes
Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE	Álvaro Amaro (PPE), Maria Manuel Leitão Marques (S&D), Carlos Zorrinho (S&D) e João Ferreira (CEUE/EVN), membros titulares; Pedro Silva Pereira (S&D), membro suplente
Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (Eurolat)	José Manuel Fernandes (PPE), Nuno Melo (PPE), Sara Cerdas (S&D), Maria Manuel Leitão Marques (S&D), Isabel Santos (S&D) e Sandra Pereira (CEUE/EVN), membros titulares; Maria da Graça Carvalho (PPE) e Manuel Pizarro (S&D), membros suplentes
Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo	Margarida Marques (S&D) e Marisa Matias (CEUE/EVN), membros titulares; José Manuel Fernandes (PPE), Pedro Marques (S&D) e Isabel Santos (S&D), membros suplentes
Países do Magrebe e a União do Magrebe Árabe , incluindo as Comissões Parlamentares Mistas UE-Marrocos, UE-Tunísia e UE-Argélia	Pedro Marques (S&D), membro titular; José Manuel Fernandes (PPE) e Margarida Marques (S&D), membros suplentes
Comissão Parlamentar de Cooperação UE-Rússia:	Manuel Pizarro (S&D), membro titular



Países do Maxereque	Isabel Santos (S&D) e Marisa Matias (CEUE/EVN), membros titulares; Carlos Zorrinho (S&D), membro suplente
Canadá	Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), suplente
Palestina	Marisa Matias (CEUE/EVN), membro suplente
Países da América Central	Maria da Graça Carvalho (PPE) e Sara Cerdas (S&D), membros suplentes
República Popular da China	Lídia Pereira (PPE) e Margarida Marques (S&D), membros titulares
Países da Comunidade Andina	Isabel Santos (S&D), membro suplente
Japão	Pedro Silva Pereira (S&D) e Francisco Guerreiro (Verdes/ALE), membros titulares
Índia	Paulo Rangel (PPE), membro suplente
Comissões Parlamentares de Cooperação UE-Cazaquistão, UE-Quirguistão, UE- Usbequistão e UE-Tajiquistão e para as Relações com o Turquemenistão e a Mongólia	João Ferreira (CEUE/EVN), membro suplente
Relações com a África do Sul	Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE) e Sara Cerdas (S&D), membros titulares
Comissão Parlamentar Mista UE-México	Maria Manuel Leitão Marques (S&D), membro suplente
Comissão Parlamentar de Estabilização e Associação UE-Montenegro:	Paulo Rangel (PPE), membro titular
Relações com a Península da Coreia	Francisco Guerreiro (Verdes/ALE), membro suplente

3.º - REUNIÕES DO CONSELHO

- **Conselho de Agricultura e Pescas** ([página da reunião](#)), a 15/07

A Presidência apresentou o seu [programa](#) e prioridades em matéria de agricultura e das pescas, que tem como denominador comum para todas as ações a sustentabilidade. No domínio da **agricultura**, a prioridade será fazer avançar tanto quanto possível as negociações sobre as propostas da Comissão para a [reforma da PAC](#) após 2020, além da **bioeconomia**, a **silvicultura**, a **situação do mercado** e **questões relacionadas com o comércio** internacional. Em matéria de **pescas**, a Presidência conduzirá as negociações sobre as **possibilidades de pesca para 2020** no mar Báltico, no mar Negro, no Atlântico e no mar do Norte. Além disso, a Presidência intensificará, tanto quanto possível, os trabalhos relativos ao **Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas** (FEAMP) e prosseguirá os debates sobre o Regulamento Controlo das Pescas.

- **Conselho de Negócios Estrangeiros** ([página da reunião](#)), a 15/07

Foram adotadas conclusões sobre, [Turquia](#) e [Iraque](#). Sobre a República Centro-Africana, a discussão foi sobre a maneira como a UE poderia reforçar o seu apoio no sentido de continuar a incentivar a implementação do **acordo de paz assinado em Bangui em 6 de fevereiro de 2019**. Foi decidido começar a elaborar planos para uma eventual **missão civil da PCSD** de apoio às forças de segurança civis da RCA, que complementará a missão militar de formação da EUTM RCA.

Relativamente ao Irão, e segundo a Alta-Representante, *“Debatemos bastante a melhor forma de continuarmos o nosso trabalho no sentido de preservar plenamente o acordo nuclear com o Irão. Os Estados-Membros foram unânimes quanto à necessidade de tornar mais rápido e mais operacional o instrumento que criámos para preservar o comércio legítimo com o Irão (o INSTEX), mas também de continuar a trabalhar para que o Irão volte a estar em plena conformidade com o acordo nuclear.”*

- **Conselho de Assuntos Gerais** ([página da reunião](#)), a 18/07

Foi dedicado a uma apresentação sobre as prioridades da Presidência finlandesa, o ponto de situação da negociação do QFP, tendo a Presidência informado que prosseguirá as negociações temáticas a nível técnico em julho e setembro, com um questionário enviado às delegações, a

implementação da agenda estratégica e um debate sobre o Estado de direito na Polónia, tendo a Comissão apresentado o seu [pacote de iniciativas](#) recentes sobre a matéria. Neste âmbito, foram aprovadas as modalidades para as audições a realizar nos termos do n.º 1 do Artigo 7.º do TUE.

- **Reunião informal de ministros de Justiça e Assuntos Internos** ([página da reunião](#)), a 18-19/07, cuja agenda abordou [migrações](#), [segurança interna](#), [estado de direito](#), inteligência artificial e um debate político sobre um [cenário fictício de ameaça híbrida](#), de modo a aumentar a perceção dos Ministros para este tipo de contexto. A Presidência divulgou uma [nota](#) com o resultado dos trabalhos.

❖ **DESTAQUES DA AGENDA (semana de 22 a 26 de julho)**

O planeamento dos trabalhos do Conselho está [disponível](#), bem como o da [Presidência](#) finlandesa.

▪ **PARLAMENTO EUROPEU (semana de 22 a 26 de julho)**

A próxima semana será novamente dedicada ao trabalho das [Comissões Parlamentares](#). Anexamos a esta síntese uma [breve resenha dos principais trabalhos da semana](#) (em língua inglesa) e as agendas das várias Comissões podem ser consultadas [aqui](#).

Uma das primeiras decisões de fundo que as Comissões parlamentares do PE terão de tomar relaciona-se com os dossiês legislativos em codecisão (processo legislativo ordinário) em que não foi possível obter acordo entre o Conselho e o PE ou, em rigor, relativamente aos quais o Plenário não tomou decisão. Ao contrário do que sucede no plano nacional, as iniciativas legislativas não caducam irreversivelmente, sendo o procedimento regulado por duas normas do [Regimento do PE](#):

Artigo 240.º : Questões pendentes (*unfinished business*)

No final do último período de sessões antes das eleições, todas as questões pendentes no Parlamento são consideradas caducas, sob reserva do disposto no segundo parágrafo.

No início de cada legislatura, a [Conferência dos Presidentes](#) delibera sobre os [pedidos fundamentados das comissões parlamentares](#) e de outras instituições para reiniciar ou prosseguir a apreciação dessas questões pendentes. (...)

Artigo 61.º : Nova consulta do Parlamento (new referral)

1. A pedido da comissão competente, o Presidente solicita que a Comissão submeta de novo a sua proposta se:
 - a Comissão substituir, alterar substancialmente ou tencionar alterar substancialmente a sua proposta inicial após o PE ter aprovado a sua posição, exceto se o fizer a fim de ter em conta a posição do PE;
 - a natureza do problema sobre o qual a proposta incide se alterar substancialmente com o decorrer do tempo ou por alteração das circunstâncias; ou
 - tiverem sido realizadas novas eleições para o PE após este ter aprovado a sua posição, e a Conferência dos Presidentes o tiver por conveniente.
2. Caso se preveja uma alteração da base jurídica(...), o PE, o Conselho e a Comissão (...), procedem (...) a uma troca de pontos de vista sobre a questão.
3. (...) o Presidente, a pedido da comissão competente, solicita ao Conselho que apresente de novo o projeto de ato juridicamente vinculativo ao Parlamento, caso a Comissão ou o Conselho tencionem alterar a base jurídica prevista na posição do Parlamento em primeira leitura, e daí resulte que o processo legislativo ordinário deixe de ser aplicável.

Existem 44 dossiês legislativos no âmbito das questões pendentes e 86 no quadro da nova consulta ao PE e anexamos a esta Súmula essa listagem, para referência. Nas próximas semanas, nos termos do artigo 240.º, a Conferência dos Presidentes das Comissões (CPC) convidará cada Comissão Parlamentar a apresentar o ponto de situação e a indicar qual o caminho a seguir: continuar o trabalho legislativo ou pedir à Comissão que modifique ou retire a proposta. Posteriormente, a CPC tomará a decisão a transmitir à Comissão.

Note-se que a CPC ainda não foi constituída, na medida em que nem todas as Mesas das Comissões do PE foram eleitas, considerando-se que este é um requisito formal para aquela constituição. (ndr a candidatura da Deputada polaca Beata Szydlow - ECR - foi rejeitada uma segunda vez).

- ❖ **REUNIÕES INTERPARLAMENTARES:** a 22 de julho terá lugar, em Helsínquia, a reunião dos Presidentes da COSAC, onde a AR estará representada pela Sra. Presidente da CAE, Deputada Regina Bastos.

Estrasburgo | 18 de julho de 2019

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73